

PROJETOS DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DO ARQUITETO RAUL LINO DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA

Carlos Manique*

Resumo

O propósito deste trabalho consiste em analisar alguns projetos de escolas primárias do arquiteto Raul Lino durante a I República (1910-1926). Trata-se de um conjunto de plantas e de alçados, parte integrante do seu espólio (depositado na Fundação Calouste Gulbenkian), até hoje pouco valorizado pela historiografia. Na análise desses projetos (escolas unitárias e escolas graduadas) adotam-se como indicadores o significado da existência, a localização e a disposição de diversos espaços escolares, bem como a relação estabelecida entre eles, tentando assim perceber a importância que o arquiteto lhes atribuía. Procura-se, por outro lado, interpretar o significado da inexistência de espaços especificamente destinados a certas funções, concretamente para a função diretiva nos projetos de escolas graduadas.

Palavras-chave: Raul Lino. Arquitetura escolar. Escolas primárias.

Há quem diga que o arquiteto que projeta um edifício escolar assume responsabilidades de pedagogo. (Raul Lino)

1. Breve nota biográfica sobre Raul Lino¹

Raul Lino nasceu em Lisboa no ano de 1879 e nessa cidade veio a falecer em 1974. O fato de ser filho de um abastado negociante de materiais de construção deu-lhe a possibilidade de estudar no estrangeiro. Em 1890 parte para Inglaterra, frequentando um colégio católico nos arredores de Windsor. Aí permanece durante três anos, rumando depois à Alemanha com o objetivo de estudar a língua e de cursar arquitetura. Dessa experiência, Raul Lino destaca sobretudo os ensinamentos do professor Albrecht Haupt, em cujo ateliê trabalhou em regime de voluntariado durante dois anos.

* Pesquisador da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação da Universidade de Lisboa. E-mail: manique@net.sapo.pt

¹ Esta seção segue muito de perto a biografia de Raul Lino inserta no *Dicionário de Educadores Portugueses*, obra publicada sob a direção de António Nóvoa (Edições Asa, 2003).

Em 1897 está de regresso a Portugal, completando o seu curso livre de Arquitetura (o diploma oficial de arquiteto ser-lhe-á conferido em 1926) e começando a trabalhar nas oficinas do pai. Datam de finais do século XIX os primeiros trabalhos de arquitetura e as viagens pelo país, em particular pelo Alentejo, no decurso das quais recolhe diversos elementos sobre arquitetura tradicional. De resto, o projeto apresentado em 1899 para o Pavilhão de Portugal na Exposição Nacional de Paris, de 1900, afirma-se em contraponto à influência das *beaux-arts*, inspirado “em estilos portugueses de várias épocas, combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa” (Citado em NÓVOA, dir., 2003, p. 768). Numa abordagem que se prende a valores nacionais, Raul Lino procurou, aliás, encontrar uma definição de “Casa Portuguesa” que traduzisse a maneira de ser e de estar portuguesa, recuando para o efeito à matriz arquitetónica do século XVI. Linha de pensamento que influenciará decisivamente a sua obra, materializada, por exemplo, na utilização do alpendre, no recurso aos revestimentos azulejares e, mesmo, no emprego de materiais típicos de cada região. Um carácter estético particularmente visível nos projetos de moradias individuais, mas que, constatá-lo-emos a seu tempo, não deixará de estar presente nos projetos de escolas.

Autor de mais de 700 projetos arquitetónicos, Raul Lino desenvolveu a sua actividade profissional liberal em acumulação com cargos na administração pública, designadamente na Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Entre as suas obras de referência contam-se a Casa dos Patudos (Alpiarça, 1904), a Casa do Cipreste (Sintra, 1912), o cinema Tivoli (Lisboa, 1925) e o Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português (1940).

Curiosamente, ao longo da vida, Raul Lino foi também desenvolvendo áreas como a azulejaria, os vitrais e o mobiliário, revelando assim uma grande versatilidade e a vontade de integrar a arte em todas as manifestações da vida humana. Foi ainda autor de estudos teóricos, como *A Casa Portuguesa* (1929), *Casas Portuguesas* (1933) e *L'Évolution de l'architecture domestique au Portugal* (1937).

2. Raul Lino autor de projetos de edifícios escolares

Os primeiros projetos de edifícios escolares da autoria de Raul Lino nasceram da amizade que travou com João de Deus Ramos². De fato, numa parceria muito estreita: ao primeiro coube a concepção arquitetónica; ao segundo as bases pedagógicas de um dos primeiros jardins-escola construído em Portugal (inaugurado na cidade de Coimbra em abril

² João de Deus Ramos era filho do poeta e pedagogo João de Deus, autor da *Cartilha Maternal*.

de 1911)³. Até meados dos anos de 1960, o arquiteto continuaria a desenhar projetos de jardins-escola basicamente segundo o mesmo modelo, neles se incluindo o de Lisboa, construído com o Museu João de Deus e inaugurado em 1915.

Para além do projeto matricial dos jardins-escola João de Deus, que mereceu nota muito positiva a um observador atento como João de Barros (1920)⁴, importa dizer que, durante a I República, Raul Lino teve intensa actividade como projetista de edifícios escolares. Por outras palavras, a sua acção no campo da arquitetura escolar não deve ficar unicamente balizada pelos citados projetos de jardins-escola e pelos projetos-tipo regionalizados para edifícios de escolas primárias, por si igualmente desenhados e aprovados em 1935 por Duarte Pacheco, então ministro das Obras Públicas: uma visão que a historiografia não tem ajudado a desvanecer.

E, para o efeito, bastaria enunciar, tomando como referência o período de tempo correspondente à I República, os seguintes projetos, sendo que nem todos tiveram tradução prática: escola primária para Alcântara (1916); escolas primárias-tipo (1918); escola primária no concelho de Esposende (1919); escola agrícola em Coimbra (1921); escola agrícola feminina em Alcobça (1922); escola primária com habitação para o professor no concelho da Figueira da Foz (1922)⁵.

Início agora a análise de uma série de projetos detendo-me em primeiro lugar nos que concernem a escolas primárias unitárias ou de classe única.

2.1. Projetos de escolas primárias unitárias

Com o advento da República não houve um corte significativo com a concepção de escola do período anterior (SILVA, 2002; FELGUEIRAS, 2007). Na verdade, existe uma linha de continuidade em relação à última fase da Monarquia, nomeadamente no capítulo das escolas primárias. Note-se, por exemplo, que depois de 1910 continuaram a ser erigidas escolas segundo o plano-tipo Adães Bermudes, aprovado em 1898.

Não obstante o referido, importa dizer que há um conjunto de assuntos que assume

³ Importa notar que a educação infantil foi um dos desideratos da República, consagrada, aliás, na Reforma do ensino infantil, primário e normal de 1911 (Decreto de 29 de março).

⁴ Para João de Barros, o Jardim-Escola de Coimbra tinha o mérito de nele se respirar “uma atmosfera absolutamente nacional, pelo simples cuidado de excluir todo e qualquer vestígio do estrangeiro, quer na construção e arranjo da casa, quer nas decorações, quer no método de ensino” (1920, p. 25).

⁵ Os citados projetos fazem parte do espólio de Raul Lino, depositado na Fundação Calouste Gulbenkian. Encontram-se todos disponíveis online através do site da Fundação (Disponível em: www.gulbenkian.pt; ver Biblioteca de Arte, Coleções digitalizadas, Espólios de Arquitetura). No entanto, não incluem as memórias descritivas.

outra relevância com a República. Entre eles, destacaria a preocupação com a educação estética da criança⁶, considerada, como se viu, por João de Barros. Poucos anos antes, uma das teses apresentadas ao congresso pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal centrava-se exatamente nessa temática:

Não se limita ao aformoseamento do edifício escolar a missão da educação estética na escola primária; é preciso impregnar de arte e bom gosto tudo o que rodeia a criança, desde a decoração mural até ao pequeno caderno que a criança manuseia (*Teses do Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos professores primários de Portugal*, abril de 1914, p. 7).

Também Raul Lino, num importante texto dado à estampa em 1916 a propósito da decoração da Escola de Alcântara, dedica especial atenção às questões estéticas. O que se impunha, no seu entender, era “decorar pura e simplesmente no sentido de enfeitar ou embelezar”, deixando de parte o “ornato erudito” e procurando “encontrar o estilo ingénuo”, facilmente perceptível pela criança (LINO, 1916a, p. 192); estilo que, como refere ainda, seria inspirado no “sentimento decorativo popular” (*Idem*).

Dois anos mais tarde, e entro já nas propostas de edifícios escolares, o mesmo arquiteto elabora um projeto regionalizado de escola primária mista para 50 alunos⁷, prevendo três versões distintas, consoante se destinassem ao norte, ao centro ou ao sul do país. Desconheço o contexto em que surgiu tal encomenda, mas foi certamente oficial.

As três versões do projeto apresentam a mesma planta, situando-se as diferenças apenas no que respeita ao exterior dos edifícios; a animação das fachadas (e outros pormenores decorativos) está de acordo com o que Raul Lino considerava ser o estilo característico de cada região (prevendo-se, inclusive, a utilização de materiais autóctones).

⁶ Cf. o artigo 15.º do citado Decreto de 29 de março de 1911.

⁷ A existência de projetos regionalizados tinha sido uma das reivindicações do referido congresso pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal.

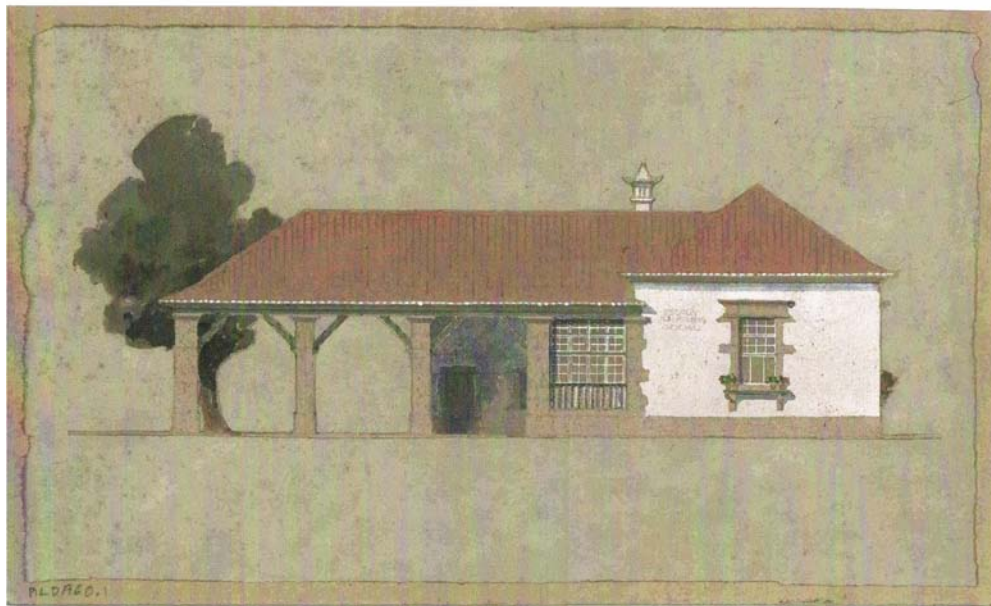


Figura 1. Alçado principal do modelo de escola primária mista para 50 alunos, tipo norte, Raul Lino, 1918. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 60.7).



Figura 2. Planta do modelo de escola primária mista para 50 alunos, tipo norte, Raul Lino, 1918. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 60.0).

À data, convém referi-lo, estavam já aprovadas (ainda que provisoriamente) as “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas” que deviam orientar as construções escolares (Decreto n.º 2947, de 20 de janeiro de 1917)⁸. Certo é que o projeto desenhado por Raul Lino obedece às prescrições contidas nesse diploma, acrescentando, porém, ao módulo previsto para as escolas mistas até 50 alunos (sala de aula mais um gabinete polivalente), uma sala para trabalhos manuais ou para labores femininos, no essencial⁹.

Se atendermos à planta do edifício (Figura 2), um dos aspectos que importa abordar prende-se com a especificidade do espaço reservado a gabinete, museu ou biblioteca. Há aqui, inequivocamente, uma hierarquia de funções, expressa, aliás, nas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”. Quer isto dizer que, de modo principal, esse espaço seria utilizado como gabinete da professora¹⁰, “o qual servirá também para museu, biblioteca e observações médico-pedagógicas” (“Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”, Capítulo II). Por outro lado, o fato de ser pensado um lugar para museu, ainda que não exclusivamente para esse fim, reflete uma das orientações do ensino nesse período histórico, presente no discurso oficial: a de “dispensar-se o mais possível o livro” e de serem “obrigatórias as lições de coisas” (Decreto de 29 de março de 1911, capítulo III, artigos 14.º e 15.º). Assim, o museu (e, por extensão, a biblioteca) teria uma vocação eminentemente *presentista* (PEÑA SAAVEDRA e FUSTES, 2005), servindo de auxiliar aos estudos e contribuindo para a modernização educativa. Equacionada, recorde, é ainda uma outra função nas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”, a de gabinete médico – eco dos discursos médico e higienista que desde finais do século XIX penetram na pedagogia (ABREU, 1999; Ó, 2003) –, preterida, no entanto, no projeto desenhado por Raul Lino.

Há também que considerar a localização do referido gabinete da professora. A esse propósito, destacaria o fato de o mesmo ocupar uma posição axial relativamente ao vestíbulo e ao recreio coberto; em causa estava a visibilidade que essa localização permite durante os períodos de intervalo da atividade lectiva, facilitando o controlo das entradas no edifício e a supervisão dos recreios. De outra parte, é no espaço do gabinete que a professora contata e recebe os familiares dos alunos, a inspeção e quaisquer outras autoridades. Neste caso, a

⁸ As “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas” seriam confirmadas pelo Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. Poucos meses antes, impõe-se referi-lo, foram reorganizados os serviços de Construções Escolares, sendo criada a Repartição das Construções Escolares, funcionando junto da Direção-Geral da Instrução Pública (Decreto n.º 5373, de 5 de abril de 1919).

⁹ Curiosamente, as ditas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas” previam a existência desta última sala no caso das escolas masculinas ou femininas para 50 alunos.

¹⁰ As classes mistas eram lecionadas por professoras.

proximidade física com o vestíbulo (bem como a ausência de qualquer barreira física entre os dois espaços) indicia a valorização do relacionamento institucional com o exterior.

Julgo ainda necessário sublinhar que o gabinete, apesar de multifuncional e de dimensões reduzidas (não esqueçamos, porém, a sua função primeira), reflete em alguma medida a importância que a I República atribuiu à missão do professorado primário (NÓVOA, 1989; PROENÇA, 2010). Não é por acaso que as “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas” dedicam especial atenção à habitação dos docentes, estabelecendo que, nas zonas rurais (onde à partida seria mais difícil encontrar alojamento), o edifício escolar incluiria obrigatoriamente residência para o professor, proibindo-se, porém, qualquer tipo de comunicação interna entre esses dois espaços (“Normas técnicas...”, Capítulo I). No que diz respeito à residência, convém, aliás, adiantar que a legislação é bastante ambiciosa, ao definir como padrão mínimo a existência de seis divisões, a saber: gabinete de estudo, sala de jantar, três quartos e cozinha (“Normas técnicas...”, Capítulo I). Poderia enfatizar esta ideia, a do esforço republicano no sentido da valorização do estatuto socioeconómico do professor de ensino primário, dizendo que Raul Lino, em 1921, projetou vários tipos regionalizados de habitações para professores¹¹; todos eles incluíam escritório e uma dependência para criada.

Há ainda projetos em que é manifesta a sobrevalorização do espaço destinado à habitação do professor (desenvolvido em dois ou mesmo três pisos) em detrimento dos ambientes educativos, virtualmente reduzidos à sala de aula. Atente o leitor nas Figuras 3 e 4.



Figura 3. Fachada oeste do projeto de uma escola primária com habitação para professor, a ser construída no concelho da Figueira da Foz, Raul Lino, 1922.
(Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 627).

¹¹ “Casas de habitação para professores Tipo Central, Serrano, Ribatejano, Norte e Queluz”, 1921 (Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 110.0 a 110.4).

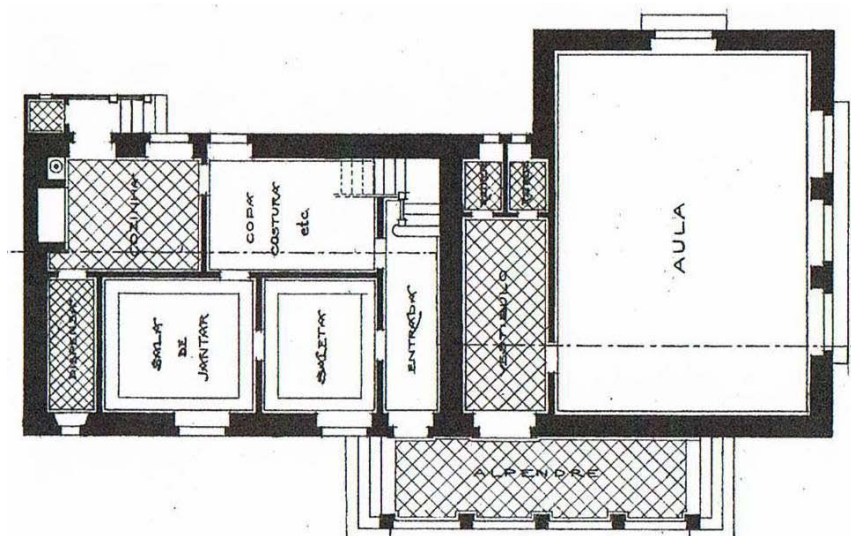


Figura 4. Planta do rés-do-chão do projeto de escola primária com habitação para professor, a ser construída no concelho da Figueira da Foz, Raul Lino, 1922. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 627).

A mesma situação, para dar só mais um exemplo, se observa num projeto datado de 1919 e destinado a uma escola primária para 50 alunos de cada sexo no concelho de Esposende¹². Neste período histórico parece ser particularmente importante para a afirmação da escola enquanto *locus* público de educação e, sobretudo, território de poder, a valorização da habitação do professor no conjunto do edifício escolar.

Desconheço se qualquer um dos projetos que citei nesta seção chegou a ser concretizado. Devo, no entanto, enfatizar o fato de os projetos regionalizados desenhados por Raul Lino em 1918 terem servido de ensaio (e, em alguma medida, de matriz) para os projetos também regionalizados aprovados em 1935 para as regiões do Algarve, Estremadura, Alentejo e Ribatejo (efectivamente concretizados e ainda hoje identificados na paisagem arquitetónica por “tipo” Raul Lino).

2.2. Projetos de escolas graduadas

Desde meados de Oitocentos que a legislação portuguesa sobre construções escolares prevê a concepção de edifícios com várias salas de aula, no caso de se tratar de escolas urbanas (Portaria de 20/07/1866, Título IV, disposição 47.^a). O certo, porém, é que a difusão do modelo de escola graduada¹³ foi dificultada pela inexistência de edifícios especificamente

¹² Cf. Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino (628).

¹³ Sigo aqui o conceito de escola graduada definido por Vinão (2003, p. 75), ou seja, a de uma “modalidad que sólo se produce cuando la graduación implica la existencia de varias aulas de clase o grados con varios maestros, un director,

desenhados para esse fim. Com efeito, até às décadas de 1930-1940¹⁴ são diminutas as ações que conduzem à edificação de escolas primárias graduadas. Ainda assim, interessa dizer que os primeiros planos para a construção de escolas graduadas, da iniciativa do município de Lisboa no decurso das últimas décadas do século XIX, constituem importante referência para o entendimento do que deveria ser, do ponto de vista da concepção do espaço, uma escola graduada¹⁵.

Na verdade, o novo modelo de organização escolar não exigia apenas a construção de edifícios escolares com várias salas de aula (repetidas na sua forma, dimensões e funções); pressupunha igualmente a especialização de outros espaços (biblioteca, secretaria, gabinete da direção, sala de professores, cantina...), traduzindo uma mudança de índole organizacional (VIÑAO, 2003). Assim, para além da rentabilização do “trabalho do professor junto de um coletivo de alunos mais homogéneo”, as escolas graduadas “permitiriam uma economia de meios didáticos e de espaços”, designadamente através de serviços comuns (MAGALHÃES, 2010, pp. 300-301). Mas implicavam, de fato, novos modos de organização do trabalho e uma delimitação na administração da escola dos campos pedagógico e administrativo – a partilha de poder entre o diretor e o conselho de professores (BARROSO, 1995).

Ora, nos primeiros anos do século XX não há uma ideia clara das possibilidades em jogo. Constataremos, por exemplo, que nos projetos de escolas graduadas desenhados por Raul Lino nunca é considerado um espaço específico para a direção; sintoma claro, para seguir de perto Viñao (2005), de que a importância dessa função ainda não tinha sido verdadeiramente compreendida. Esta e outras questões merecerão a minha atenção nas próximas linhas, centrando-me para o efeito em três projetos de escolas graduadas, sendo que os dois primeiros, segundo estou em crer, nunca chegaram a ser concretizados. Mas todos eles, importa ainda contextualizar, foram desenhados nos anos de 1915-1916, antes, portanto, da publicação das citadas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”.

Começo então por analisar um modelo de escola primária graduada com quatro salas de aula, desenvolvido em dois andares.

clases lo más homogéneas posible y un currículo asimismo graduado por cursos”.

¹⁴ Nos anos de 1930 são edificadas várias escolas graduadas segundo os projetos elaborados pela Repartição das Construções Escolares, bem como obedecendo aos projetos regionalizados de Raul Lino e de Rogério de Azevedo (cf. BEJA *et al.*, 1990). Na década seguinte, o “Programa de 1944 de construções escolares”, vulgarmente conhecido por “Plano dos Centenários”, contempla projetos destinados a escolas graduadas, numa reprodução, todavia, da lógica de funcionamento da escola de classe única.

¹⁵ Edifício referencial foi o da Escola Central n.º 1 de Lisboa, inaugurado em 1875 (SILVA, 2009).

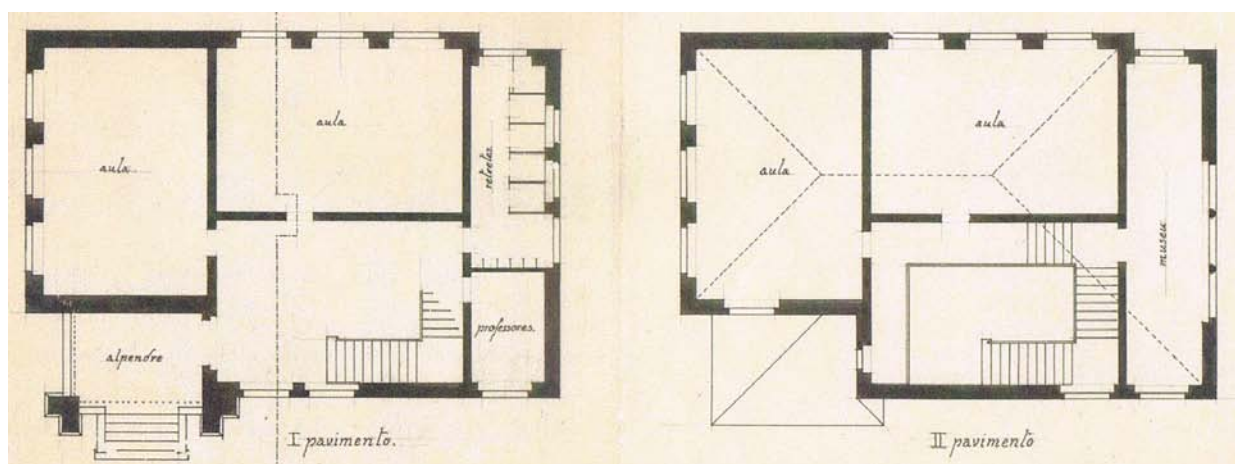


Figura 5. Plantas do rés-do-chão e do 1.º andar de um modelo de escola primária graduada, Raul Lino, 1916. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 32.2).

Do ponto de vista da especialização do espaço, verificamos que, para além das quatro salas de aula (duas em cada piso), o modelo incluía um gabinete ou sala para os professores e um lugar destinado a museu (desconheço, porém, se eram exclusivamente reservados a esse fim). Em relação ao primeiro, compreende-se a sua localização no piso térreo, junto à escadaria de acesso ao andar superior. Efetivamente, trata-se de o local onde melhor se podia controlar a passagem de alunos. Além do mais, a presença do gabinete dos professores no piso térreo, dando diretamente para o átrio, indicia, como já se disse, uma relação de proximidade com determinados coletivos (familiares dos alunos, inspeção...). Ao mesmo tempo, o que se afirma é a autoridade do colégio de docentes (conselho escolar) e não, propriamente, a do diretor; estamos, não tenhamos dúvidas, perante uma concepção minimalista dessa última função, inclusive na circunstância (provável) do espaço em causa ser também utilizado como gabinete do diretor¹⁶.

De outra parte, as dimensões do museu expressam bem a importância concedida às “lições de coisas”, se quisermos, ao ensino intuitivo. A valorização desse espaço é tanto mais evidente pelo fato de inexistirem ambientes especializados para outras funções. Surpreende, por exemplo, a ausência de um ginásio ou de uma sala para trabalhos manuais, disciplinas previstas no desenho curricular estabelecido no citado Decreto de 29 de março de 1911.

¹⁶ Ao que sei, é nas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas” que, pela primeira vez e no caso das escolas primárias para 100 ou mais alunos, se consagra a existência de espaços autónomos para o gabinete do diretor e o gabinete/a sala de reunião do pessoal docente. Na linha da investigação de João Barroso (1995), é importante perceber que é a organização pedagógica que força progressivamente o aumento dos mecanismos de controlo e de supervisão (o modo de organização administrativo).

Por fim, importa considerar a localização do museu, destacando a sua relação com o gabinete dos professores. De fato, e não obstante situarem-se em pisos diferentes, ambos os espaços surgem nas imediações da escadaria; o intuito terá sido o de criar um acesso direto entre eles. Ora, no meu entender, tal distribuição sublinha uma ligação: a responsabilidade atribuída ao conselho escolar de organizar e administrar o museu¹⁷.

Os outros projetos de Raul Lino desenhados em 1915-1916 diziam respeito a escolas graduadas com um mínimo de oito salas de aula. O modelo que se reproduz nas figuras 6 e 7, apresentando dois pisos, previa efetivamente esse número de salas de aula, mas era modular para uma versão que incluía mais duas salas (localizadas num andar suplementar).

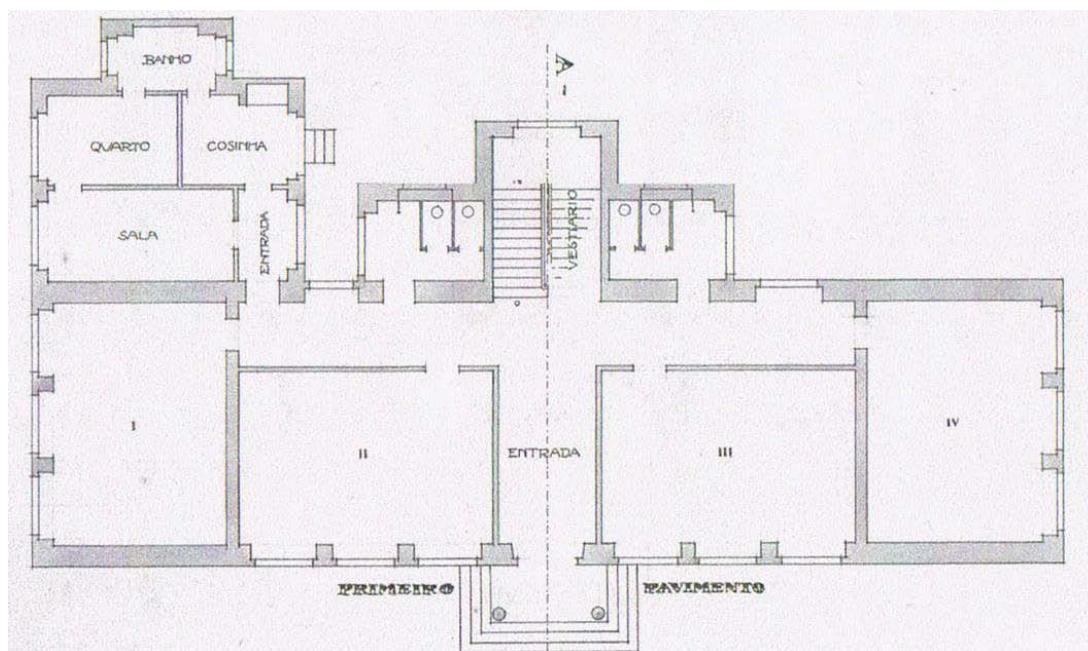


Figura 6. Planta do rés-do-chão de um modelo de escola primária graduada com oito salas de aula, Raul Lino, 1916.

(Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 32.6).

¹⁷ Cf. «Regulamento da criação e funcionamento dos conselhos de professores nas escolas primárias centrais» (i. e., graduadas), publicado em 24/2/1910 (*Diário de Governo*, n.º 45, de 28/2/1910).

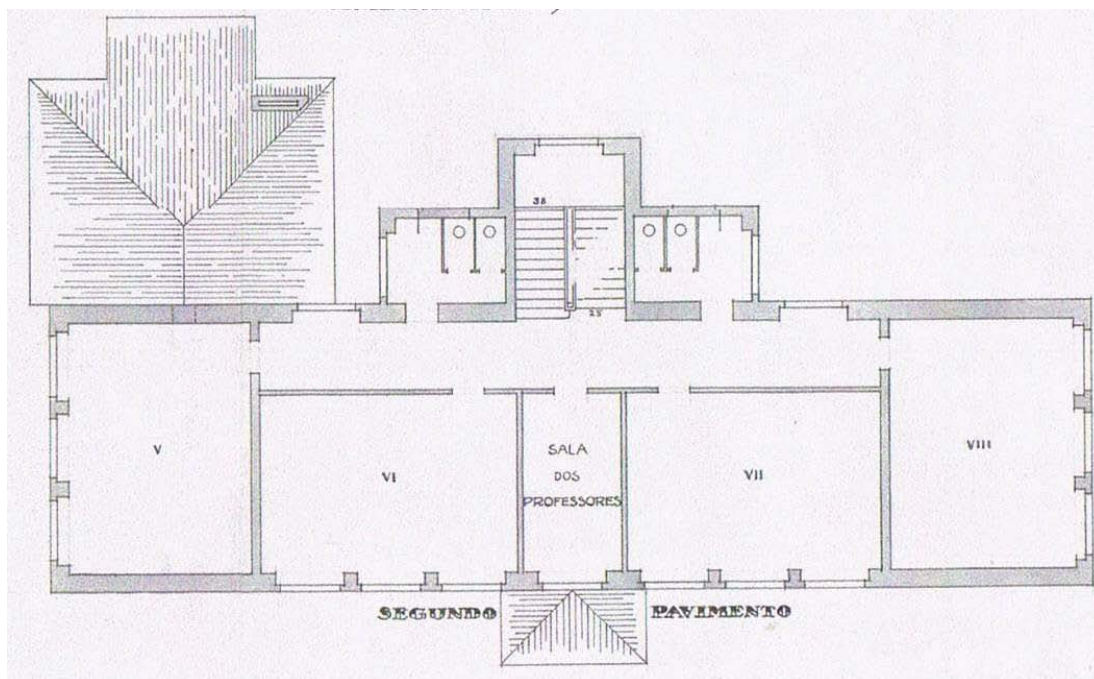


Figura 7. Planta do 1.º andar de um modelo de escola primária graduada com oito salas de aula, Raul Lino, 1916.

(Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 32.6).

A primeira nota relevante prende-se com a existência de um anexo para habitação de um professor, situado no pavimento térreo e comunicando internamente com o edifício escolar; uma opção que, como se disse, será proibida nas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”. É de supor que a residência em causa se destinasse ao diretor, cuja sala de aula, enquanto docente, seria naturalmente uma das que se encontravam nas imediações do seu espaço de habitação. Por outro lado, constatará o leitor que, diferentemente do modelo precedente, a sala dos professores está localizada no primeiro andar. E é manifesta a ausência de ambientes pedagógicos especializados.

Creio que neste último projeto, para além da falta de compreensão que o arquiteto evidencia relativamente à importância do modo administrativo na escola graduada¹⁸, é sobretudo notória a preocupação em multiplicar o número de salas de aula. Mas também é claro, atendendo ao fato de a sala dos professores se implantar numa zona do edifício muito afastada da entrada principal, que existe a intenção de dificultar o acesso a partir do exterior; não há, de resto, qualquer espaço de mediação/acolhimento (átrio, portaria, sala de espera...).

¹⁸ Convém talvez dizer que, segundo o referido “Regulamento da criação e funcionamento dos conselhos de professores...”, de 24/2/1910, o colégio de docentes (presidido pelo regente ou diretor) tinha amplos poderes pedagógicos, mantendo o diretor as atribuições de caráter pedagógico e administrativo definidas no Regulamento de 19 de setembro de 1902. Acrescento que o Decreto de 29 de março de 1911 (Reforma do ensino infantil, primário e normal, em vigor até 1919) é completamente omissivo no que concerne a estas questões.

Uma situação em tudo enfatizada pelo caráter monumental do edifício.



Figura 8. Fachada principal de um modelo de escola primária graduada com oito salas de aula, Raul Lino, 1916.

(Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 32.6).

Por outro lado, a inexistência de um espaço específico para a direção torna legítimo considerar o seguinte: ou essa função é exercida a partir da sala de aula do professor-diretor (com toda a probabilidade, como se disse, situada junto à sua residência); ou a sala dos professores foi concebida de modo a partilhar funções com a direção. No primeiro caso, teríamos uma direção distante do relacionamento institucional com as famílias, bem como do colégio de docentes. Dir-se-ia, em particular neste projeto, que há um espaço/território de poder do diretor que se encontra muito ligado à ideia de escola-habitação – uma solução, de resto, adotada nos edifícios de institutos de ensino secundário construídos de raiz. No segundo caso, continuando a ser relevante o fato de o diretor residir no edifício, a função de direção surgiria mais comprometida com o conselho escolar (traduzindo, por exemplo, o intuito de supervisionar o corpo docente). Seja como for, não é demais sublinhá-lo, o fato de não ser autonomizado um espaço para a função de direção significa que a mesma é pensada de modo subsidiário.

Cabe, finalmente, analisar o único projeto que foi concretizado. Trata-se do edifício da Escola Primária de Alcântara (Lisboa), concebido para 800 crianças de ambos os sexos e que ainda hoje se mantém em funcionamento. Não deixa de ser curioso a iniciativa ter partido do Estado, uma vez que no ano de 1915 (data em que o projeto foi elaborado)¹⁹ estávamos em pleno período de descentralização do ensino.

Relativamente aos anteriores, encontramos-nos perante um modelo mais completo e com outro entendimento funcional, embora Raul Lino continue a não atribuir importância à função diretiva. Atente o leitor nas próximas figuras.

¹⁹ Ao que julgo saber, o edifício da Escola Primária de Alcântara foi inaugurado em 1916.

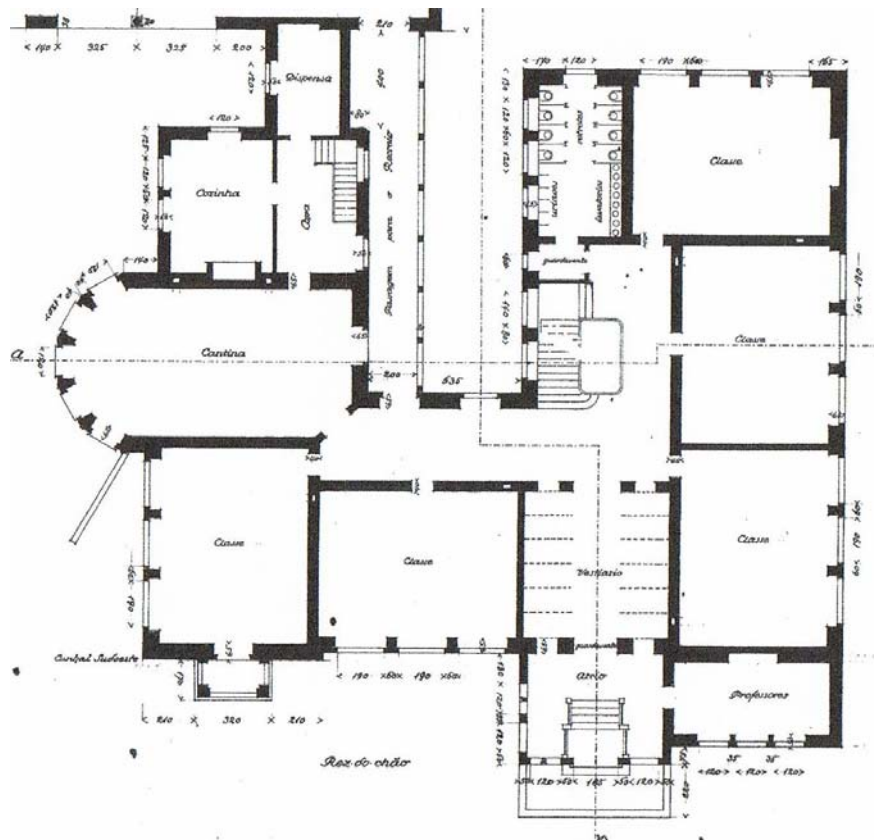


Figura 9. Projeto de Escola Primária para Alcântara, planta do rés-do-chão, Raul Lino, 1915. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 629.1).

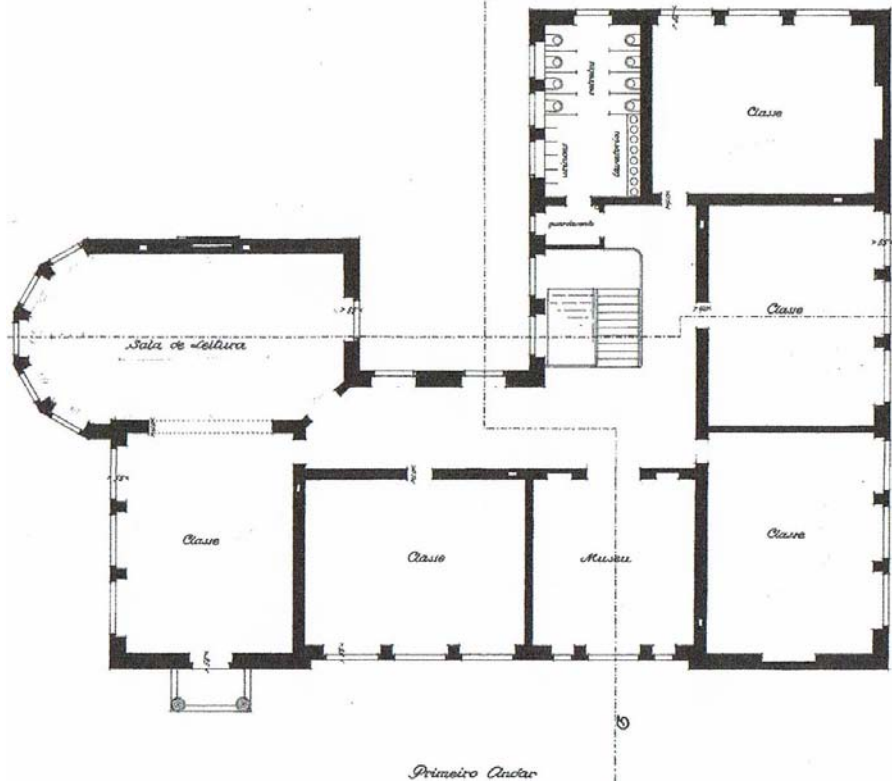


Figura 10. Projeto de Escola Primária para Alcântara, planta do primeiro andar, Raul Lino, 1915. (Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, 629.2).

No respeitante à especialização do espaço, verificamos que, para além de dez salas de aula (cinco em cada piso), o arquiteto optou por desenhar uma cantina no rés-do-chão, bem como, no espaço homólogo do andar superior, uma sala de leitura intercomunicando com uma sala de aula. Noto nesse mesmo pavimento a existência de um espaço reservado a museu. O projeto contempla ainda um átrio e uma sala de professores (formando, no piso térreo, uma espécie de corpo avançado do edifício), sem esquecer um recreio coberto.

Parece-me desde logo necessário realçar a importância atribuída à cantina e à sala de leitura, manifesta, de fato, pelas suas dimensões; à primeira, Raul Lino (1916b, p. 335) chamará mesmo «a casa querida dos pequenos», denotando uma preocupação eminentemente social. Em relação à segunda, para além da sua função principal (equiparada à de uma biblioteca?), creio que terá havido a intenção de criar um espaço versátil e suficientemente amplo para poder albergar o coletivo de alunos, professores e pais durante as solenidades escolares (daí a comunicação com a sala de aula que se encontra adjacente).

Importa depois dizer algo relativamente ao museu. E aqui sobressaem: as dimensões do espaço reservado a essa função, generosas quando se tem por referência algumas salas de aula; a localização especial no segundo piso. Com efeito, o museu é a primeira dependência com que professores e alunos se deparam no acesso ao andar superior; uma visibilidade, obviamente, simbólica e que tem a ver, relembro, com o fato de os museus serem encarados como recurso determinante para o ensino intuitivo. Por outro lado, é notório o distanciamento físico entre o museu e a sala dos professores. Ora, atendendo a essa distribuição, poderíamos ser levados a pensar que a custódia/gestão do acervo museológico, mesmo sendo, como se disse, uma responsabilidade do conselho escolar, tinha sido menos considerada. Julgo, porém, que Raul Lino assumiu como prioridade situar a sala dos professores junto à entrada do edifício; em causa está o papel que o arquiteto quis conferir ao coletivo de docentes (e, de forma menos clara, à figura do diretor) no relacionamento institucional com o exterior. Na verdade, a referida sala, com acesso direto para o átrio, constitui tanto um lugar privilegiado para controlar a passagem dos alunos (nomeadamente no momento da entrada), como para o contato com as famílias. Mas confunde-se de alguma maneira com uma portaria. De outra parte, esse espaço destinar-se-ia ainda à função diretiva (minimizada uma vez mais), no qual, necessariamente numa escola desenhada para 800 alunos, existiria uma secretaria.

Há, pois, em todos os projetos de escolas graduadas que acompanhámos alguma indeterminação no que respeita às possibilidades do novo modelo de organização escolar.

3. Concluindo

O conjunto de projetos agora divulgado, praticamente esquecido pela historiografia, como se disse, vem reforçar a ideia de que a arquitetura escolar assumiu um papel importante na vida profissional de Raul Lino. Curiosamente, a avaliar pelo número de projetos concebidos (alguns deles eram encomendas oficiais), foi durante a I República que o arquiteto mais se dedicou a essa temática. Uma constatação que sublinha o interesse republicano por uma escola esteticamente atrativa e dotada de condições pedagógicas, em particular para o ensino intuitivo, valorizando, ao mesmo tempo, a missão do professorado primário; interesse esse, porém, pouco consequente em termos de realizações.

Por outro lado, a análise dos desenhos arquitetónicos apresentados por Raul Lino, e refiro-me especificamente às escolas graduadas, permite concluir que o arquiteto não compreendeu a importância do modo administrativo no novo modelo de organização escolar. Daí julgar desnecessário um espaço específico para a função diretiva, sendo a mesma exercida a partir da sala de aula do professor-diretor ou do gabinete dos professores. Foi nesse sentido que, sobretudo na última situação enunciada, estabeleci umnexo entre a localização do espaço reservado ao colégio de docentes (presidido pelo diretor) e uma determinada concepção de direção (ainda que considerada de modo subsidiário). As duas soluções propostas por Raul Lino, a colocação do referido gabinete junto ao átrio de entrada ou, em alternativa, no segundo piso (mais excepcional, ao que parece), traduzem respetivamente um entendimento da função diretiva com o máximo e o mínimo de abertura ao exterior.

É notório ainda, no caso da Escola de Alcântara, que a proximidade do gabinete dos professores da entrada do edifício significa, ao mesmo tempo, um afastamento em relação a ambientes pedagógicos e a serviços comuns; antevê-se aqui uma concepção de direção escolar mais burocrática do que pedagógica, que acabará, de resto, por se impor.

Mas, dada a ausência de um espaço específico para a direção, o que sobressai, de fato, nos projetos das escolas graduadas analisados, é a inexistência de uma delimitação clara na administração da escola dos campos pedagógico e administrativo; em causa, a partilha de poder entre o diretor e o colégio de docentes.

PROJECTS OF ELEMENTARY SCHOOLS BY THE ARCHITECT RAUL LINO DURING THE IST PORTUGUESE REPUBLIC

Abstract

The goal of this work consists of analyzing some projects of elementary schools by the architect Raul Lino during the period of the Ist Republic (1910-1926). This work is about a collection of plans and elevations that takes part of the architect's papers (deposited in Fundação Calouste Gulbenkian) whose value has been less recognized by the historiography. In the analysis of these projects (unitary schools and graded schools) some indicators are used such as the meaning of the existence, the placement and the layout of the different school spaces, as well as the connection between them; that way we can figure the conception the architect had of its importance. By the other hand we're searching for an interpretation concerning the inexistence of spaces especially for certain kind of functions, namely that of the directive function in the graded schools projects.

Keywords: Raul Lino. School Architecture. Elementary schools.

Referências

ABREU, Carlos. *Limpos, Sadios e Dóceis. História da Saúde Escolar em Portugal no Estado Novo (1930 a 1960)*. Dissertação de Mestrado, 1999, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

BARROS, João de. *A Escola e a República*. Lisboa: Aillaud Bertrand, 1920.

BARROSO, João. *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, 2 v.

BEJA, Filomena *et al.* *Muitos Anos de Escolas*. Lisboa: Direcção-Geral de Administração Escolar, 1990.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. A Arquitectura da Escola Primária em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributos. In: GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan, SPIGADO TOCION, Gloria e BEAS MIRANDA, Miguel (editores). *La Escuela y sus Escenarios. Actas de los IX Encuentros de Primavera en El Puerto*. El Puerto de Santa María: Concejalía de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 2007, p. 37-65.

LINO, Raul. Decoração de Escolas Primárias. Memória justificativa de uma proposta para a decoração da Escola de Alcântara. In: *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, n. 3, 1916a, p. 191-194.

_____. Edifícios Escolares de Raul Lino. In: *Atlântida*, n. 4, 1916b, p. 332-336.

MAGALHÃES, Justino. *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

NÓVOA, António. A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades. In: *Reformas do Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, Lisboa: I.I.E., 1989, p. IX-

XXXIV.

_____. (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo*. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

PEÑA SAAVEDRA, Vicente e FUSTES, Emilio Castro. *Les Musées Pédagogiques dans le Monde Ibérique. Rétrospective et Actualité*. 11Th International Symposium for School Museums and School Historical, Suíça, 2005.

PROENÇA, Maria Cândida. A Educação, In: ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2010, p. 169-189.

SILVA, Carlos Manique da. *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesas (1860-1920)*. Lisboa: I.I.E, 2002.

_____. A organização do espaço nas primeiras escolas graduadas (décadas de 1870-1880). In: FELGUEIRAS, Margarida Louro e GRAÇA, Odete (coordenadoras). *As Escolas Conde Ferreira – Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, 2009, p. 87-96.

VIÑAO, Antonio. La Renovación de la Organización Escolar: La Escuela Graduada. In: OSSENBACH, Gabriela (coord.). *Psicología y pedagogía en la primera mitad del siglo xx*. Madrid: UNED, 2003, p. 73-104.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direcção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 15-47.
Teses do Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos professores primarios de Portugal, abril de 1914.

Recebido em: março de 2011

Aprovado em: maio de 2011